

# PAUTAS DA GREVE DOS TÉCNICOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Reivindicações Nucleares:

- 1 - **Recomposição salarial** frente a inflação até 2025, com os retroativos referentes às 2ª e 3ª parcelas da recomposição não pagas, corrigidas pela inflação no tempo decorrido.
- 2 - Inserção no contracheque dos **Auxílios Saúde** (AEDA 025/2022) e **Educação** (AEDA 027/2022), instituídos em função da incorporação da UEZO em 2022 (Art. 10 da Lei 9.602 do Estado do Rio de Janeiro).
- 3 - Pagamento dos valores retroativos corrigidos de todos os meses em que os auxílios não foram pagos desde a promulgação da AEDA que a instituiu (Saúde = 36.000 reais; Educação = 36.900 reais - Até abril de 2026)
- 4 - Extensão dos Auxílios Saúde e Educação aos servidores aposentados.
- 5 - Aprovação do **Plano de Cargos e Carreira dos Servidores** Técnico-administrativos da UERJ.
- 6 - Atualização da base de cálculo do adicional de insalubridade, passando a incidir sobre o salário-base do servidor. Garantia do pagamento dos valores retroativos decorrentes dessa revisão, assegurando a devida reparação das distorções históricas e a valorização dos trabalhadores expostos a condições de trabalho adversas.

## Reivindicações quanto ao conteúdo do PCCS e demais leis do Estado:

- 7 - Majoração Auxílio Alimentação no contracheque.
- 8 - Implementação da majoração do Auxílio Excepcional para Servidor Responsável por Pessoa com Deficiência (Auxílio PcD), no valor de 1500 reais, conforme aprovado pelo Consun na peça orçamentária de 2025 e acordo salarial celebrado entre a UERJ e o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1995, que o institui em item 6 - política de benefícios, artigo 6.2, que define a sua equivalência a 9 UFERJs
- 9 - Extensão do Auxílio PcD aos servidores com deficiência, corrigido no valor de 1500 reais.
- 10 - Revogação de leis e dispositivos legais que impeçam a efetivação do pagamento do adicional noturno a todos os servidores que cumprem jornada de trabalho, em regime de escala ou plantão, compreendida total ou parcialmente no intervalo entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte.

11 – Estabelecimento de Adicional de Qualificação dimensionado em percentuais equiparados aos estabelecidos nas universidades federais.

12 - Regulamentação do regime de trabalho remoto para servidores PcD, com financiamento de estruturas domiciliares necessárias para tal fim.

13 - Regulamentação em lei do sistema híbrido.

14 – Estabelecimento de Licença Paternidade de 6 meses.

15 - Instituição de regime de trabalho em escala de plantão de 24h de trabalho por 72h de descanso para os Técnicos Universitários (Perfil: Assistente Administrativo) lotados no Campus Ilha Grande, mediante Lei ou, subsidiariamente, através de AEDA.

16 - Instituição de regimes de trabalho em escala de plantão, onde eles efetivamente forem realizados, com a positivação da devida escala em lei (PCCS) e previsão nos guias de cargos e perfis da universidade.

17 - Instituição de Gratificação de Difícil Acesso em nosso PCCS para os servidores técnicos e docentes lotados no Campus Ilha Grande no valor de 10% do vencimento base, em razão da localização insular remota e da distância acentuada de centros urbanos, unidades de saúde e demais serviços públicos essenciais, utilizando-se como parâmetro a vantagem pecuniária já consolidada no âmbito da SEEDUC

### **Reivindicações sobre assuntos internos da universidade:**

18 - Reivindicação pela implementação de um calendário para realização de Estatuinte, a tratar de diversos assuntos como voto universal, direitos dos aposentados (composição de representações, conselhos, voto para os cargos em geral, etc), direitos dos membros não eleitos das mesas dos Conselhos Superiores, etc.

19 - Combate ao assédio moral, sexual, capacitismo, racismo e variadas formas de violência. **Extinção e Banimento** do emprego da expressão “**assédio moral vertical ascendente**”.

20 - Imediata suspensão de todos os atos administrativos e/ou judiciais que configurem criminalização dos movimentos estudantil e técnico administrativo na ocupação da universidade realizada em 2024.

21 - Concurso público para prover as vagas em déficit da UERJ.

22 - Assento de representação de aposentados técnicos e docentes no Consun.

23 - Análise humanizada e criteriosa à luz de fatos apresentados nos pedidos de Insalubridade/ Periculosidade respeitando a saúde do servidor e não buscando possíveis brechas legais na norma vigente contra o requerente contribuindo para o seu adocimento

24 - . Agilidade na garantia de pagamento de adicional de periculosidade/insalubridade aos servidores que tenham direito devido às suas atividades.

- 25- Restituição de adicional de periculosidade para servidores que atuam nas unidades de terapia intensiva, conforme Lei Estadual nº 1.270/1987.
- 26 - Fim da obrigatoriedade de anuência da chefia imediata de setor para solicitar pedidos de insalubridade/periculosidade.
- 27 - Garantia de 50% de redução da carga horária aos servidores PcD, como no caso de dependentes.
- 28 – Estabelecimento de gratuidades no restaurante universitário para servidores e discentes com deficiência.
- 29 - Garantia de acessibilidade e cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência da comunidade UERJ.
- 30 - Melhoria na realização das perícias de redução de carga horária com maior agilidade e profissionais especializados.
- 31 - Criação da Superintendência de Acessibilidade, com a instituição do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.
- 32 - Adequação legal-administrativa e melhorias na infraestrutura para proporcionar um trabalho seguro e um repouso equilibrado para os servidores do campus Ilha Grande.
- 33 - Melhoria da estrutura física em todos os Campi e em caráter emergencial os Campi Haroldinho e Zona Oeste.
- 34 - Apoio à permanência estudantil e contra qualquer medida de retrocesso dos direitos conquistados, tal qual o AEDA 38.
- 35 - Extinção da minuta SEI-260007/008160/2022 que propõe, sem participação das categorias, de um “Código de Conduta dos Servidores e Discentes da UERJ”.
- 36 - Eleições diretas para chefias dos setores “na ponta”, garantindo aos servidores que elejam democraticamente sua chefia imediata, a partir de seus pares e garantindo estabilidade nos setores.
- 37 - Criação de comissão de avaliação e acompanhamento de casos de assédio moral composta em pelo menos 60% de servidores que historicamente e/ou publicamente sejam conhecidos por terem sofrido assédio moral dentro da UERJ.
- 38 - Punições mais duras e efetivas para casos de condenação de assédio moral por parte de chefias.
- 39 - Cumprimento de prazos de análise, processo, conclusão e aplicação de penalidades de casos de Assédio Moral por parte de chefias em no máximo 6 meses.
- 39 - Implementação dos itens pautados e entregues pelos sindicatos à Reitoria durante as eleições
- 40 - Apoio à luta dos terceirizados.

41 - Redução do preço do bandeirão para os servidores

### **Reivindicações Externas:**

42 - Restabelecimento do direito aos Triênios, com a revogação da Lei Complementar do Estado do Rio de Janeiro n° 194/2021 e pagamento dos valores retroativos devidos aos servidores ingressantes a partir de 2021.

43 - Recomposição do orçamento da UERJ com a aprovação anual do orçamento fixado pelo Conselho Universitário.

44 - Lutar contra a reforma administrativa ou qualquer lei que precarize o serviço público ou fragilize o concurso público como mecanismo único de entrada de agentes públicos.

45 - Defesa intransigente dos serviços públicos e da educação pública de qualidade, garantindo sua oferta plena nos três níveis de atenção, com a recomposição e ampliação do quadro de servidores públicos, além da valorização efetiva das carreiras, por meio de condições dignas de trabalho e políticas salariais justas.

46 - Isonomia dos ganhos salariais, de carreira e auxílios para os aposentados.

47 - Restabelecimento das reservas de vagas no CAP-UERJ para filhos de servidores da UERJ.